

**UMA DÉCADA DE SUPRESAS:
as mobilizações operárias na Empresa Industrial Garcia (1940-1950)**

Ellen Annuseck

No dia 15 de fevereiro de 1950, os empregados do 3º turno de trabalho da Empresa Industrial Garcia, uma indústria têxtil de Blumenau/SC, iniciaram uma greve. Antes mesmo de entrarem ao turno de trabalho às 22h, eles permaneceram em frente ao portão da fábrica durante toda a noite. Na manhã do dia seguinte o movimento foi ganhando a adesão de outros operários fortificando assim, o piquete. Eram mais ou menos 1.400 operários em greve. Uma comissão de grevistas cuidou de todo o processo de negociações e conciliações já que o Sindicato não apoiava o movimento.

No segundo dia de greve os operários em frente ao portão da fábrica reclamavam do pequeno salário recebido no final do mês, já que os descontos provenientes das despesas com a Cooperativa dos Operários da Empresa Industrial Garcia e demais recursos assistenciais disponibilizados pela fábrica diminuam as possibilidades de uma renda satisfatória¹. Além disso, os operários reivindicavam a possibilidade de consultarem outros médicos além daquele indicado pelo ambulatório da fábrica.

Depois das tentativas frustradas dos policiais locais em desfazerem o piquete, convocaram-se reforços policiais ao Delegado da Ordem Política e Social (DOPS), de Florianópolis. Nada conseguiram porque nesses momentos mais críticos, famílias inteiras saíam de suas casas, em geral moradores da vila operária, para fortificarem o piquete.

No início do mês de março a comissão de grevistas fez circular um abaixo assinado em que se garantia a volta dos subscritos ao trabalho e delegavam-se poderes às comissões de grevistas para deliberarem a volta ao trabalho e a instauração de um dissídio coletivo². Não havia mais comida na Cooperativa porque os empregadores impediram a reposição do estoque e a maioria das famílias não tinha dinheiro para comprar em outros

comércios do bairro. Depois de 27 dias, na terça-feira, dia 14 de março, os operários da Empresa Industrial Garcia voltaram ao trabalho.

Entretanto, essa greve não era inédita, a pesquisa nos mostrou que desde o início da década de 40 outros três episódios indicavam os descontentamentos dos empregados da Empresa Garcia. Houve uma mobilização em 1941 que não chegou a ser uma greve, uma greve de oito dias em 1945 e a instauração de um dissídio coletivo em 1948.

Nesse período a indústria têxtil nacional sofreu um grande incremento em função da necessidade de suprir as carências de tecidos e fios durante a 2ª Guerra Mundial. Além disso, muitos direitos adquiridos pelos trabalhadores foram suspensos em função da quantidade de trabalho existente nesse período. Além dessas mudanças, a rotina dos operários da Empresa Industrial Garcia foi transformada também em função da presença de um novo diretor-gerente, procedente de Florianópolis e nomeado em setembro de 1940³.

Nosso objetivo é identificar, desde 1940 até a deflagração da greve em 1950, as mudanças provocadas por essa nova administração na rotina dos operários tanto na fábrica quanto no bairro. Entendemos que as greves surgem de uma “complexa teia de relações, de pequenos confrontos (...)”⁴ e que têm, em geral, raízes na vida cotidiana. O movimento grevista acabou abrindo os portões da fábrica e deixando que as experiências lá adquiridas fortificassem o seu vínculo com as experiências e implicações desse trabalho além dos muros e do espaço de trabalho. Não foi em função do desespero que o movimento grevista dos operários da Empresa Industrial Garcia aconteceu, e não foi tampouco em função do desespero que ela terminou. Existe na relação entre operários e patrões, fábrica e bairro, um conjunto de inter-relações que precisam ser discutidas.

Analisando a rotina da greve, percebemos que a relação empregado e patrão era bastante diferente daquela encontrada na década de 30 por exemplo. Havia agora mais disciplina, mais obrigações e uma relação mais formal. Um exemplo disso foram as inúmeras demissões que aconteceram depois da greve de 1950, mesmo com o esforço da comissão de grevistas em evitar isso. Estas surgiram da imposição da autoridade da empresa que soube se apropriar de uma convenção social importante no bairro. A demissão

não era simplesmente a perda de um emprego, mas também era sinônimo de descomprometimento do trabalhador com o trabalho e o trabalho era sinônimo de respeito e honra no bairro.

Nas entrevistas, vê-se que o diferencial do Senhor Ernesto Stodieck Jr. era estabelecer uma relação menos afetuosa com os empregados. O Senhor Medeiros Jr., antigo diretor-gerente, era tido como uma pessoa muito mais envolvida com os empregados. Apesar de ser uma situação confortável para os empregados, poderia impedir a aplicação da disciplina e do trabalho na fábrica.

Conforme dados da própria empresa, em 1934 a fábrica empregava 500 pessoas, em 1940 chegava a 650 e em 1944 alcançava o número de 1.000 operários⁵. Percebe-se como na década de 40 o número de operários aumenta com maior intensidade. Muitas pessoas e famílias vieram de outras cidades com um futuro ainda indefinido procurando emprego nas indústrias da região. Os administradores da fábrica viabilizaram a construção de casas para operários que seriam posteriormente alugadas. Desde a década de 20 até 1950 muitas casas foram construídas chegando a um número de mais ou menos 200⁶.

A aproximação e isolamento do bairro contribuíram para que muitas famílias fossem se constituindo. Formar uma família era também uma estratégia de sobrevivência já que quanto maior o número de filhos, maior era a renda familiar. Maria Célia Paoli aponta que o que mais interessava à fábrica, era a geração de filhos⁷. A vila operária atuava como um espaço de proletarização familiar em que a manutenção da mesma não era esquecida⁸. Ou seja, além de concentrar um bom número de trabalhadores nas proximidades da fábrica, sendo melhor vigiados, havia também a concentração de novos trabalhadores⁹.

De 1940 a 1945, no Brasil, “os fabricantes de tecidos de algodão ingressaram no seu período de maior prosperidade (...) com praticamente as mesmas instalações, equipamentos e técnicas empresariais dos anos críticos da década de trinta”¹⁰. Na Empresa Industrial Garcia, depois dos cortes das importações, foi possível fabricar em fundições próprias “teares automáticos para o fabrico de panos de 2,30 a 3,30m de largura”¹¹.

Para dar conta desse novo panorama e da nova proposta administrativa, os trabalhos assistencialistas tiveram início na fábrica. Além das casas para operários, outros tipos de assistências passaram a ser fornecidas aos operários, em grande parte, idealizadas por este novo diretor-gerente. Em um relatório de 1950, foram citadas a “seção social trabalhista, gabinete médico, dentário, creche para os filhos das operárias, enfermaria completamente equipada (inclusive raios ultravioleta, infravermelho e radioterapia) (...) seguro de vida gratuito”¹².

Procurou-se fortificar a assistência médica, impedindo que os operários perdessem muito de seu tempo em consultas médicas longe dali e também para evitar dispensas desnecessárias. Os médicos da empresa também passavam a ter controle das doenças e, conseqüentemente, dos “maus hábitos” que poderiam causá-las.

A Empresa Industrial Garcia tinha também uma “Cooperativa dos Empregados da Empresa Industrial Garcia”, inaugurada em 1945 em que comprava-se os produtos que eram descontados na folha de pagamento. Sob o argumento de que os produtos da Cooperativa mantinham-se com certa regularidade, enquanto fora dali os preços subiam continuamente, os empregadores tentavam mascarar a troca injusta que praticavam. Sendo assim, as compras na Cooperativa e os descontos provenientes de outros recursos disponibilizados pela fábrica, faziam do saldo final do mês o suficiente para que os operários não obtivessem nenhum tipo de rendimento extra.

Essas mudanças, que pareciam melhorar as condições de vida de muitas famílias, implicavam em uma carga disciplinadora muito maior, vinculando o bom comportamento dentro da fábrica com a vida estabelecida fora dela. Os operários passaram a estar cada vez mais próximos ao mundo do trabalho. Tanto a casa em que moravam, como a comida que compravam e os médicos que consultavam tinham relação com a fábrica. A demissão traria como conseqüência a perda de tudo isso sendo que, em geral, os operários não tinham mais nada além do que a fábrica oferecia. Por isso entendia-se que, com isso, o bom comportamento garantiria o trabalho da família.

Por trás dessa ajuda, estava a legitimação de salários mais baixos, cargas de trabalho maiores, fiscalização cotidiana da saúde, alimentação do trabalhador e uma vigilância muito maior em relação às suas atividades de sociabilidade e lazer. A impressão que se criava, com a assistência aos operários, encobria os benefícios trazidos para a produção da indústria.

Outro grande impacto da década de 40, trazido pela nova administração, foi o “desaparecimento” do tradicional clube esportivo que existia no bairro Garcia, o “Amazonas Esporte Clube”. Além de atividades desportivas diversas, o que se destacava era o *onze alvi-celeste*, o time de futebol constituído por operários da Empresa Industrial Garcia. Apesar de possuir diretoria própria e ter certa independência financeira, os empregadores tinham grande interferência no cotidiano do clube. Muitas vezes clubes como o Amazonas conseguiam fazer isso muito melhor do que associações sindicais, como afirmou Leandro Pereira em seu livro “Footballmania”¹³.

Durante a década de 40, o *onze alvi-celeste* passou da glória dos campos de futebol para um contínuo desaparecimento do contexto esportivo do período até que, em 1946, não aparece mais nas páginas dos jornais locais. Pensando que as “(...) atividades de lazer e cultura também eram importantes para a manutenção e ampliação das redes sociais entre os trabalhadores”¹⁴, associações como a do Amazonas Esporte Clube tinham um papel importante no bairro: a de ser um lugar de discussão e reflexão sobre o mundo do trabalho. Pensando também que o movimento operário e a cultura das classes trabalhadoras precisam ser estudados em conjunto¹⁵, é necessário entender a importância das práticas culturais dos operários da Empresa Industrial Garcia, especialmente porque, na greve de 1950, ficou claro que as mudanças administrativas implicaram num grande descontentamento por parte dos operários.

Em 1946 o Aimoré deixou de participar do campeonato e uma comissão formada com os membros mais antigos tentou, através de um festival, angariar fundos para o clube. Em 1º de maio de 1946 foi inaugurado o Centro Recreativo e Beneficente dos Empregados da Empresa Industrial Garcia, ou seja, apenas três meses tinham se passado desde a última

tentativa de reerguimento do clube de futebol até o surgimento deste novo empreendimento idealizado pelos dirigentes da fábrica.

O jornal *Cidade de Blumenau* já tinha anunciado que no lugar do antigo clube operário surgiria “(...) um grêmio esportivo operário, congregando todos os trabalhadores da Empresa Industrial Garcia aproveitando o patrimônio e as ótimas instalações existentes no bonito campo do Aimoré”¹⁶. O novo centro recreativo surgiu em meio a uma data bastante sugestiva, o dia do trabalhador que até aquele momento nunca tinha sido celebrado na fábrica. A festa mais popular entre os operários eram as festas juninas que igualmente pararam de ser comemoradas.

A nova proposta da administração da fábrica era idealizar seus operários como massa homogênea, um exército para a economia brasileira e aliados fiéis do governo brasileiro. Os empregadores queriam se apropriar das atividades realizadas pelos operários no bairro e colocá-las num ambiente de maior vigilância e pautada nas necessidades nacionais. Mas apesar desse destaque todo ao Centro e às atividades realizadas nele, em nenhum momento ele foi lembrado pelos operários. Esse silêncio e até desconhecimento do que foi o Centro tem suas particularidades. No início da década de 50 o Amazonas Esporte Clube retorna às atividades e o grande salão construído para o Centro Recreativo, era agora sede do Amazonas.

Apesar de parecer que os operários tinham todo o suporte necessário para serem trabalhadores satisfeitos e realizados em função de terem casas e um ambiente “sadio” de divertimento, nota-se que durante toda a década de 40 muitas evidências indicaram exatamente o contrário, a crescente insatisfação dos operários. A ação direta dos operários em relação ao movimento grevista de 1950 traz consigo o desrespeito, as injustiças vividas não só na fábrica, como fora dela. Essa consciência de união e organização de classe era baseada nas experiências compartilhadas pelos operários que sentiam diariamente o impacto do trabalho em suas vidas. O sentimento de “prisão” presenciada dentro da fábrica, durante essa nova administração, estendia-se para fora, no bairro, nos limites impostos pela fábrica em relação às práticas de lazer e sociabilidade, na

falta de dinheiro e de tempo. Ou seja, a satisfação dos operários não baseava-se apenas nessa “proteção” concedida pelos empregadores.

¹ Entraram em greve os operários da Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, 17/02/1950.

² Esperado para hoje o retorno ao serviço dos operários da Nelsa. *A Nação*, 08/03/1950.

³ Na história das indústrias têxteis de Blumenau, a Empresa Industrial Garcia foi uma das primeiras três indústrias estabelecidas na região no século XIX³ que contavam com a participação de imigrantes europeus, em especial alemães. Entretanto, desde o início do século XX ela passou a ser controlada por diferentes grupos de acionistas que não residiam na região. Ou seja, a sua administração não se enquadrava no tipo de indústria “familiar” encontrada na região em que dificilmente mudava-se proprietários. Nesse sentido, diferentes diretores-gerentes eram nomeados para administrarem a fábrica por determinado tempo. MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das Indústrias de Blumenau. In: Separata da “**Revista Brasileira de Geografia**” nº.3, ano XXVII, jlh./set./1965. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de geografia e estatística, conselho nacional de geografia, 1966, 420.

⁴ ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Passado e presente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.184.

⁵ AHJFS. Coleção de dossiê: Estabelecimentos industriais/ARTEX. Empresa Industrial Garcia. CI – 3.2.2.07.

⁶ Idem.

⁷ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ – Museu Nacional, PROED, s/d., p.83.

⁸ ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Trabalho infantil e reprodução social. 1981, p. 10. *Apud.*: PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros... Op. cit., p.83.

⁹ A proletarização familiar ganhou maior impulso com a instauração do salário mínimo em 1940 (Decreto-lei de 1º de maio de 1940). O salário mínimo não permitia que o pai ou a mãe trabalhassem pela família. Para a sobrevivência desta, todos os familiares com idade suficiente foram convocados a trabalhar para suprir as necessidades de todos. PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, nº. 4, 1992, p.35.

¹⁰ “A produção que era de 840.168.000 metros em 1940, atingiu o auge de 1.414.336.000 metros três anos depois. (...) Só no ano de 1941, por exemplo, os industriais e exportadores embarcaram para o exterior 92.379.320 metros – quantidade superior ao total exportado nos dez anos anteriores. E, em 1943, o país exportou mais do que o triplo em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul”, STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850/1950)**. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1979, p.167-168.

¹¹ HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987, p.223.

¹² Assistência social na Empresa Industrial Garcia. *Cidade de Blumenau*, 25/09/1946.

¹³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.274.

¹⁴ FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004, p.387.

¹⁵ HOBBSAWN, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p.254.

¹⁶ Praticamente extinto o Aimoré (edição esportiva). *Cidade de Blumenau*, 11/02/1946. O Aimoré, ou o Amazonas Esporte Clube não participou mais das notícias dos jornais com o futebol, algumas notas falavam de jogos de basquete apenas.